



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

# SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO!

## Pelo fim do Genocídio!

ENTREVISTA: Muna Muhammad Odeh  
contextualiza as raízes do conflito  
na região de Gaza *Pág. 8 a 12*

ANDES-SN realiza encontro de Comunicação e  
Artes e Festival de Cultura no Maranhão  
*Pág. 3*

Universidades estaduais intensificam  
luta por direitos  
*Pág. 14 a 16*

**C**omeçamos o editorial do mês de novembro traduzindo o sentimento dos(as) servidores (as) públicos federais, a partir das palavras de **insatisfação e indignação** diante do fato do governo federal ter decidido deixar servidoras e servidores federais de fora da LOA 2024 e seguir com uma Mesa permanente de negociação que pouco avança no conjunto de pautas apresentadas pelo Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais, em especial, com a não sinalização de percentual para reajuste dos salários. Por isso, o conjunto das entidades dos serviços públicos federais tem reivindicado: GOVERNO, QUEREMOS RESPOSTAS!

**No entanto, mesmo que o ano esteja quase acabando, ainda há espaço para muita luta em nosso sindicato, seja no bojo da campanha salarial de 2024 ou em tantas outras pautas que fazem parte do histórico de reivindicações do ANDES-SN.** Acompanhamos, por exemplo, a retomada da campanha pela Revogação da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que descaracteriza os cursos de formação de professoras e professores, servindo aos interesses de grupos empresariais e do mercado. Essa luta está diretamente conectada com a luta pela Revogação do Novo

Ensino Médio, que, infelizmente, vem sendo remendada pelo governo. Esses projetos vão na contramão de uma educação pública, de qualidade socialmente referenciada e com perspectiva de emancipação defendida pelo nosso sindicato.

Nas universidades estaduais, as lutas das e dos docentes foi intensificada com mobilizações, paralisações e atos. Em alguns estados, como é o caso do Maranhão, em especial, a categoria realizou greve para pressionar o governo por recomposição salarial, pela reestruturação de carreira, da autonomia e financiamento para de pesquisa, ensino e extensão. Dando destaque também às condições de trabalho e necessidade de concurso público para a docência.

Realizamos, ainda, nesses meses diversos seminários e encontros, que partiram de deliberações da nossa categoria em Congressos e Conads, como foi o caso do Seminário Integrado do GTPCEGDS, que reuniu em Aracaju (SE) mais de cem pessoas para debater as diferentes formas de opressão da sociabilidade capitalista e, com isso, preparar melhor nossa política sindical para intervir na realidade. E, para finalizar o ano de 2023, o ANDES-SN realizará, em Brasília (DF), nos dias 01 e 02 de dezembro seu Curso Nacional de

Formação Sindical, assim como em São Luís (MA), o VII Encontro de Comunicação e Arte e o II Festival de Arte e Cultura, entre os dias 7 e 10 de dezembro. Neste encontro, será possível acompanhar palestras, apresentações artísticas, oficinas e apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela base do ANDES-SN, militantes de sindicatos e movimentos sociais, e equipes de comunicação do ANDES-SN e das Seções Sindicais.

Relembramos que, há um mês, Marinalva Silva Oliveira nos deixava. Marinalva, ex-presidenta do ANDES-SN, foi uma militante incansável que dedicou parte significativa da sua vida para a organização sindical dos(as) trabalhadores(as), na construção de um mundo mais justo e livre de exploração e opressão. MARINALVA PRESENTE, hoje e sempre!

Por fim, destacamos nossa solidariedade ao povo palestino, que há décadas é vítima de uma política colonialista e da extrema direita que dirige o Estado de Israel. A docente palestina da UnB, Muna Odeh, nos ajuda a entender este processo histórico e o genocídio em curso neste momento naquele país.

Pela autodeterminação dos povos. Toda solidariedade ao povo palestino.

Pelo fim do genocídio, já!

Governo, queremos respostas!

# Campanha Salarial 2024

Recomposição Salarial, já!

## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Letícia Figueiredo DrT 4124/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# ANDES-SN realiza Encontro de Comunicação e Arte e Festival de Cultura e Arte em dezembro no Maranhão

O ANDES-SN promove, de 7 a 10 de dezembro, o VII Encontro de Comunicação e Arte e o II Festival de Cultura e Arte, em São Luís (MA). A atividade é voltada para as sindicalizadas, sindicalizados e também para profissionais de comunicação das seções sindicais do Sindicato Nacional.

Os eventos serão realizados nas universidades Federal do Maranhão (UFMA) e Estadual do Maranhão (Uema). Além de palestras, também constam na programação apresentações artísticas, oficinas, apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelas equipes de comunicação do ANDES-SN e das Seções Sindicais e reunião entre as e os profissionais. Além disso, será aberto espaço para exibição de documentários, filmes, apresentações teatrais ou musicais, exposições de fotografias, pinturas, e outras produções artísticas das e dos participantes.

O 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN e integrante da coordenação do GTCA, César Beras, explica que a realização das atividades cumpre uma decisão congressual, ratificada pelo 66º Conad de Campina Grande (PB). “De um lado, os encontros materializam a preocupação da categoria com a necessidade da reflexão crítica sobre a comunicação e arte e sua capacidade de democratização da sociedade. Logo, é um instrumento de enfrentamento ao quadro de autoritarismo e precarização sofrido no último período, promovido pela extrema direita. De outro lado, é um meio de construção de ferramentas de luta e resistência, que se expressarão na atualização do plano de comunicação do ANDES-SN”, destaca. Confira a programação no box.

## Outros eventos

O mês de novembro também foi marcado por diversas atividades organizativas do Sindicato Nacional. Além de reuniões dos grupos de trabalhos do ANDES-SN, na sede da entidade em Brasília, ocorreram também encontros das secretarias regionais e seminários temáticos do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e

Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

As regionais Leste e Rio de Janeiro do ANDES-SN realizaram seus encontros, no mês de novembro, para discutir com as seções sindicais os desafios nacionais, internacionais e locais impostos à categoria docente. Já o encontro da regional Nordeste I acontecerá dia 6 de dezembro.

De 23 a 26 de novembro, o GTPCEGDS do ANDES-SN realizou seu III Seminário Nacional Integrado, na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (Adufs - Seção Sindical do

ANDES-SN). A atividade foi composta pelo V Seminário Nacional de Mulheres, pelo IV Seminário de Diversidade Sexual e pelo V Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas do Sindicato Nacional.

Antecedendo o evento integrado, aconteceu o I Seminário Nacional sobre Abolicionismos Penais, Poder Punitivo e Sistema de Justiça Criminal do ANDES-SN, também no auditório da Adufs-SSind. Todos os eventos foram uma deliberação do 41º Congresso do ANDES-SN. Confira a cobertura no site.

## VII Encontro de Comunicação e Arte e o II Festival de Cultura e Arte

07 de dezembro (Centro de Ciências Humanas - UFMA)

13h - 18h – Credenciamento

13h - 17h – Reunião das Assessorias de Comunicação do ANDES-SN e das Seções Sindicais

17h50 - 18h – Mística

18h - 18h30 – Abertura

18h30 - 20h30 – Mesa “Mídias, comunicação e lutas contra-hegemônicas: Velhos e novos autoritarismos”, com Leonardo Zenha (Adufpa SSind.), Guilherme Faro Bonan (Cajuína Filmes), coordenação do GTCA

20h30 - 21h – Apresentação Cultural

08 de dezembro (Centro Histórico – Prédio da História da Uema)

09h - 11h30 – Mesa “Extrema direita, privatização e precarização das políticas de cultura e arte”, Bruno Vilas Boas Bispo (UPE), Antonio Câmara (UFBA), Luisa Maria Pereira Osório da Fonseca (UFMA)

13h30 - 16h30 – Oficinas: Cultura e arte

17h - 20h – Oficinas: Mídia e Comunicação

20h - 21h – Atividade Cultural

09 de dezembro (Centro de Ciências Humanas - UFMA)

09h - 11h – Mesa “Políticas de Comunicação como forma de fortalecimento da luta sindical: Desafios para a atualização do plano de comunicação do ANDES-SN”, com Caroline Lima (Coordenação do GTCA), César Beras (Coordenação do GTCA), Luiz Henrique Schuch (UFPEL)

11h - 11h30 – Apresentação Cultural

11h30 - 12h30 - Exibição de documentários

14h30 - 17h30 – Grupos de Discussão

18h - 20h30 – Atividade Cultural

10 de dezembro (Centro de Ciências Humanas - UFMA)

09h - 11h30 – Plenária Final: apresentação e síntese dos grupos de discussão

11h30 - 12h – Encerramento.

# ANDES-SN retoma campanha pela imediata Revogação da BNC-Formação



*Pela retomada das DCN 02/15*

**A** revogação da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) está entre as principais lutas do ANDES-SN. No mês de outubro, o Sindicato Nacional retomou a “Campanha Nacional pela Imediata Revogação da BNC-Formação - Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela implementação da Resolução CNE/CP 02/2015”. As duas primeiras resoluções, 02/2019 e 01/2020, definem as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professoras e professores da Educação Básica. A revogação de tais resoluções, pauta aprovada pelo Sindicato em seus espaços nacionais, significa, objetivamente, a retomada da resolução 02/2015, a qual determina as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

No dia 16 de outubro, foi realizada uma *live* pela “Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE/CP 02/2015”. O espaço reúne entidades nacionais, como o ANDES-SN, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professoras e professores e ao campo educacional como seções sindicais, entidades estudantis, coletivos docentes, entre outros.

O Sindicato Nacional também promoveu

trabalho parlamentar, por meio de visitas aos gabinetes para entrega do Manifesto pela Revogação da BNC-Formação. O ANDES-SN defende como princípio para a formação de professoras e professores a indissociabilidade entre teoria e prática, bem como do ensino, da pesquisa e da extensão.

Na avaliação da 2ª vice-presidenta da Regional Leste do ANDES-SN, Clarissa Rodrigues, a Resolução 02/2019 descaracteriza os cursos de formação de professoras e professores e desvaloriza os e as profissionais, por estar ligada aos interesses dos grupos empresariais da Educação e no bojo das contrarreformas, como a do Ensino Médio. “Defendemos que as políticas de formação do magistério sejam elaboradas de forma democrática, em diálogo com as instituições formadoras e as entidades representativas da comunidade educacional. Nossa defesa centra-se em uma formação de professores e professoras socialmente referenciada, crítica e emancipatória. Queremos que o MEC discuta a formação de professoras e professores com as entidades e pessoas representativas da comunidade educacional, não com quem acha que educação é mercadoria”, reprova.

## Compromisso do MEC

O ANDES-SN, em conjunto com as seções sindicais das e dos docentes das universidades Estadual do Ceará (Sinduece - SSind.) e Federais do Estado do Ceará (Adufc SSind.), participou, no dia 6 de novembro, de uma mobilização durante a abertura da reu-

nião pública do Conselho Nacional de Educação (CNE), realizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza (CE). Na ocasião, Raquel Dias, então presidenta em exercício do Sindicato Nacional, cobrou do ministro da Educação, Camilo Santana, o compromisso de revogar a BNC-Formação até o final de 2023.

Durante a fala do ministro no evento, as e os docentes interviam com cartazes pela “Revogação da BNC-Formação” e, ao final, em abordagem a Santana, a presidenta em exercício cobrou a Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e a imediata retomada da Resolução CNE/CP 02/2015. “O ministro Camilo Santana garantiu que irá revogar a Resolução CNE/CP 02/2019 até o final do ano. Também cobrei a instalação da Mesa Específica do ANDES-SN com o Ministério da Educação”, afirmou. A revogação é uma orientação do GT de Formação de Professores criado pelo próprio MEC. Assim, a revogação já poderia ter sido concretizada.

Segundo Raquel Dias, o Sindicato Nacional já protocolou três ofícios pela abertura da mesa específica de negociação no MEC, e ainda não obteve resposta. Além da revogação da BNC-Formação, constam da pauta específica a reestruturação da carreira docente e a destituição dos reitores interventores nomeados pelo governo de Jair Bolsonaro, entre outros pontos.

# Insatisfação: Governo federal deixa **servidoras e servidores federais de fora da LOA 2024**

Diante da falta de resposta do governo, ANDES-SN amplia mobilização de docentes federais



**E**m mais uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPP), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), realizada no dia 16 de novembro, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), não houve avanço nas negociações, em especial na pauta da Campanha Salarial 2024. Antes do encontro, um ato foi realizado como forma de demonstrar a insatisfação das categorias.

Esta foi a quinta rodada negocial, e o governo afirmou que ainda não há recursos para o reajuste salarial. Na Mesa Central, representantes do Executivo já haviam informando que há uma reserva técnica de apenas R\$ 1,5 bilhão na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 para o funcionalismo público federal, o que corresponderia a menos de 1% de reajuste, caso o recurso seja destinado aos salários de servidoras e servidores.

Na pauta de reivindicações estão a reposição das perdas salariais, por meio da inclusão das servidoras e servidores federais na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, o "revogaço" de várias medidas do governo de Jair Bolsonaro, o arquivamento imediato da PEC 32/20, que ainda tramita na Câmara dos Deputados, a reestruturação das carreiras e a instalação das mesas setoriais, para discussão de itens como a carreira docente, entre outros.

A 3ª vice-presidenta do ANDES-SN,

Maria Lucia Lopes, disse que, na última reunião, o governo apenas assumiu o compromisso de apresentar, até o dia 15 de dezembro, alguma proposta efetiva em relação à recomposição salarial. "É claro que as entidades falaram que isso era insuficiente, que foi frustrante, decepcionante. Na prática, nós resumimos dizendo que os servidores continuam fora do orçamento federal", destacou.

De acordo com a 3ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, a bancada sindical se posicionou de forma explícita sobre a desvalorização e falta de compromisso com o funcionalismo. "É uma pena que as servidoras e os servidores públicos federais, que sustentam o Estado e que implementam as políticas públicas, tenham que ficar nessas alternativas de possibilidades complementares e não dentro do orçamento geral", complementou.

## Mesa Setorial

O governo informou que dará continuidade aos trabalhos das mesas que estão em andamento. A última reunião da mesa de carreira do ANDES-SN foi realizada em 3 de outubro e não há nova data agendada, apesar das cobranças do Sindicato Nacional.

## Mobilização

Diante da ausência de avanços nas negociações entre o governo federal e repre-

sentantes das categorias do serviço público federal, a diretoria do ANDES-SN definiu pela indicação de um novo calendário de mobilização da categoria docente das Instituições Federais de Ensino (IFE). Estão previstas atividades a partir do dia 27 de novembro até 16 de dezembro (confira agenda no box abaixo). A diretoria do ANDES-SN convocou a Comissão Nacional de Mobilização para participar das atividades em Brasília (DF).

### Confira a agenda de mobilização:

28/11 – 05/12 – Reuniões nos locais de trabalho para debater a Campanha Salarial 2024

05 a 08/12 – Rodada de assembleias, pautando balanço da Campanha Salarial 2024 e escolha de representantes para reunião do Setor de Federais do ANDES-SN.

11 a 15/12 – Semana de Mobilização e atividades nos estados e locais de trabalho em defesa da pauta da Campanha Salarial 2024.

16/12 - Reunião do Setor de Federais do ANDES-SN, na sede nacional.

# Marinalva Silva Oliveira: a trajetória de uma combativa e imprescindível militante



**N**o dia 27 de outubro, Marinalva Silva Oliveira partiu de forma abrupta. A professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidenta do ANDES-SN faleceu aos 59 anos. Sua partida repentina gerou comoção no movimento docente e nos movimentos sociais de todo o país, especialmente aqueles de luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Em homenagem à história de luta, força, coerência e afeto dessa combativa e imprescindível militante, docente, mãe, irmã e amiga, o ANDES-SN resgata trechos da entrevista concedida por Marinalva ao número 55 da revista Universidade e Sociedade, divulgada em fevereiro de 2015, após o término de sua gestão à frente do Sindicato Nacional, marcada pela greve docente de 2012, uma das maiores e mais

longas da história de nosso sindicato.

Na entrevista, a ex-presidenta do ANDES-SN lembrou sua trajetória de ativista, iniciada quando era caixa de uma instituição bancária privada, em Belém do Pará. Nessa época, tentava conciliar as tarefas de bancária, de estudante de Psicologia e de lutadora por melhores condições de trabalho. Natural de Caravelas (BA), passou os primeiros anos de sua vida em Vitória da Conquista e transferiu-se para o Pará ainda muito jovem, acompanhando a família, que se estabeleceu no interior do estado. Morou em pensionato, foi demitida do banco e, logo em seguida, iniciou na carreira docente, profissão que conciliou com a realização dos estudos de mestrado e doutorado e a maternidade. Ao lembrar os momentos mais difíceis que

vivenciou à frente de um dos maiores sindicatos do Brasil, ela disse que o espírito coletivo que move o ANDES-SN fez com que tudo fosse mais fácil de ser enfrentado e resolvido. Confira abaixo alguns trechos.

## U&S - Como você se define?

Marinalva Silva Oliveira - O próprio mundo onde a gente vive hoje, com tudo que tem sido implantado pelo governo, pela destruição do projeto de universidade que nós defendemos, fizeram com que, ao entrar na universidade, me indignasse, porque aquela universidade que eu estava entrando já não era mais a que eu estudei, ela era bem diferente. Então, comecei a participar de eventos, promovidos pelo sindicato da minha universidade, no início de 2000. Foi naquela época que estava sendo implantada a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que gerou o desmonte da nossa carreira. A universidade que eu trabalhava [Unifap] estava começando, não tinha nenhum laboratório de pesquisa na época, nenhum grupo de pesquisa. Nós éramos os primeiros sete doutores dessa universidade e havia uma cobrança de que nós tínhamos que produzir e perguntávamos: “Quais são as condições?” A resposta que nos davam era que tínhamos que buscar o modelo de professor empreendedor.

## US - Você militava em algum movimento social ou dos estudantes antes?

MSO - Nos anos 1980 eu trabalhei em um banco privado e foi uma época marcada por grandes greves, em que paravam todo o setor bancário. Comecei a trabalhar no banco no início da faculdade, em 1984 ou 1985, fazia psicologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, como eu trabalhava o dia todo e estudava à noite, não tinha tempo de me inserir no movimento estudantil, não tinha sequer conhecimento, pois não vivi a universidade na sua plenitude. Eu trabalhava no Itaú, na época, e comecei a participar dos movimentos. A greve se dava da seguinte forma: os bancos estatais (Caixa Econômica, Banco do Brasil e o Banco Estatal do Pará, na época) começavam a greve; existia

uma articulação para começar nesses bancos – depois os companheiros desses bancos estatais passavam nos privados para que todo mundo aderisse. Isso porque o pessoal dos bancos privados era muito perseguido – se fizesse greve era demitido. No nosso caso, no Itaú, era uma repressão muito grande e, no dia anterior, era avisado que quem saísse da agência no dia da greve e fosse para a rua estaria demitido. Eu era caixa na época e o que a gente articulava? Quando eles chegavam ao banco, nós parávamos de atender e cruzávamos os braços. A gente não saía do banco, mas não atendíamos. Quando o caixa para, o banco todo para e, depois de umas horas, ficava insustentável. Aí, o gerente tomava a providência de dispensar os clientes e aderíamos à greve. Eu comecei a minha militância no sindicato dos bancários de Belém (PA). Depois fui demitida do Itaú e fui trabalhar no Bamerindus, mas era o mesmo sistema de repressão.

### **US - Como você conciliava nessa época o trabalho com os estudos?**

MSO - Durante essa época, os meus pais moravam no interior e eu, em Belém, em um pensionato. Sou baiana, nasci em Caravelas, mas fui criada em Vitória da Conquista. Fiz o ensino médio lá, era o magistério na época. Era o fim da ditadura, havia embates muito grandes dentro das escolas devido ao fato dos diretores serem indicados. Os alunos começaram a lutar para ter eleições diretas para a escolha dos diretores, mas eram coisas bem pontuais. Depois, os meus pais se mudaram para o interior do Pará e eu fiquei em Belém, visto que era o único lugar que tinha universidade. E como os meus pais não tinham boas condições financeiras para me manter, eu passei um ano fazendo cursinho e fiquei sendo vendedora de rua, de porta em porta, vendia quiboa (água sanitária), plano de saúde e, em 1985, fiz a seleção para o banco Itaú e passei. Daí eu achei que tinha subido de vida, de vendedora para funcionária de banco, e olha que, naquela época, banco tinha valorização salarial, o que, hoje, foi totalmente destruído.

### **US - Conte-nos sobre como foi a trajetória de tornar-se professora, ser presidente da Seção Sindical da UFPA e, posteriormente, assumir a presidência do ANDES?**

MSO - Assim que cheguei à Unifap, como já disse antes, o clima era de in-



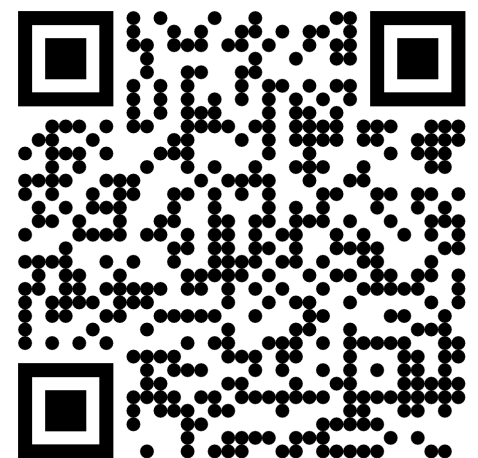
dignação, devido ao desmonte da carreira anterior e da implantação do modelo produtivista. Em uma universidade pequena e em um estado que é um ex-território, que tem muita perseguição política e onde todo mundo conhece todo mundo, teve um certo destaque a minha participação. Não tínhamos reitores eleitos, tínhamos reitores indicados pelo Sarney e o primeiro movimento que fizemos foi para que tivesse eleição para reitor na Unifap. Tivemos essa vitória um ano depois que chegamos lá. Na sequência, tivemos a primeira diretoria eleita pela base, composta, justamente, por aquelas pessoas que estavam à frente do movimento. Eu me lembro de que nessa composição eu entrei como secretária geral; em seguida, o companheiro que foi eleito presidente, saiu da Universidade e foi para a UFPA. De imediato, tive que assumir a presidência. Além de estar no movimento, eu incomodava por ser de fora, havia xenofobia. Foi muito difícil, mas o movimento era construído em unidade, principalmente com o movimento estudantil e com os técnicos.

### **US - E como foi enfrentar o desafio de ter chegado à presidência do ANDES-SN em meio a uma das maiores greves que a categoria já fez?**

MSO - Foi muito difícil, porque esse sindicato é uma referência nacional e internacional dentro do setor da educação. Não só para o movimento docente, mas também para o movimento estudantil e outros sociais e classistas. Quando o coletivo conversou comigo para que eu disponibilizasse o meu nome, de imediato, avalei duas coisas: precisava

dar atenção ao Gabriel, meu filho (na época com cinco anos de idade), que tem síndrome de Down e precisa de muita estimulação em casa; e eu achava que não estava preparada para assumir a presidência. Apesar do trabalho ser coletivo, em determinadas horas o presidente é solitário e tem que tomar decisões na ausência dos outros, além de ter que ir a diversos lugares para representar a entidade. Ele é um solitário que vai carregado de significados do coletivo, o que é muito difícil, é muita responsabilidade. Mesmo com as dificuldades que se apresentavam no momento, decidi aceitar o desafio, confiando nos companheiros que estavam vindo junto comigo. Isso foi em janeiro. Em 17 de maio, a greve foi deflagrada. Nós fomos para Parnaíba, tomamos posse e vim direto para o comando de greve. Costumo dizer que cheguei a Brasília em cima de um carro de som. Estava tendo um ato em frente ao Banco Central. O primeiro desafio foi em público.

Clique no QR Code para acessar a entrevista na íntegra (páginas 98 a 107).



# “Temos o compromisso ético e histórico de apoiar a luta anticolonial palestina”, disse Muna



**N**ascida em Jerusalém, a palestina Muna Muhammad Odeh reside no Brasil desde 1992. É professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB). Foi nesse ambiente acadêmico que Muna concedeu entrevista ao jornal InformANDES, no dia 10 de novembro, e contextualizou as raízes do conflito na região de Gaza, que já resultou em milhares de mortos e desabrigados.

Segundo dados da rede de notícias Al Jazeera, divulgados no dia 28 de novembro, mais de 15.000 palestinos e palestinianas já foram mortos na Faixa de Gaza, a maioria mulheres e crianças, desde os ataques do Hamas contra Israel em 7 de outubro, que causaram cerca de 1,2 mil mortes e quase 240 reféns. As equipes humanitárias da ONU alertam, ainda, que 160 crianças estão sendo assassinadas todos os dias na região. Segundo o porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS) o número representa uma morte a cada 10 minutos.

Para Muna Muhammad Odeh, Israel

promove um apartheid no território palestino, semelhante ao regime político de segregação racial que ocorreu na África do Sul entre 1948 e 1994. E defende que a sociedade precisa se posicionar contra o que ela chama de “genocídio ao povo palestino” executado pela política israelense. “Temos o compromisso ético e histórico de apoiar a luta anticolonial palestina”, disse Muna, que cobra ainda o imediato cessar-fogo e apoio humanitário na região. Confira a entrevista.

## **InformANDES: Qual a sua avaliação sobre o conflito em Gaza?**

Muna Muhammad Odeh: O ataque à Gaza, a barbárie que está acontecendo, não remete somente a 7 de outubro. É preciso historicizar e contextualizar. Trata-se de uma luta anticolonial do povo palestino contra a ocupação militar, o colonialismo de povoamento, que resultou na saída forçada de milhares de palestinos em 1948, e contra a destruição das suas cidades e aldeias. Boa parte da população que está em Gaza é refugiada. É uma população que foi retirada forçosamente, por meio de mas-

sacres, documentados por pesquisadores israelenses, assim como documentados em filmes recentes, como Tantara [do cineasta israelense Alon Schwarz], que falam sobre a base violenta e colonial no que concerne à relação do Estado autoproclamado de Israel, que se nega, a partir do seu aceite na Organização das Nações Unidas (ONU), a seguir qualquer resolução da ONU. Temos o compromisso ético e histórico de apoiar a luta anticolonial palestina contra Israel.

## **InformANDES: O conflito entre Israel e Palestina é uma disputa sobre a posse do território palestino e está no centro do debate político e diplomático atual. As disputas na região se acirraram a partir de 1948, quando foi declarada a criação do Estado de Israel. O que mudou com a criação desse Estado? Por que o mesmo não ocorreu com a Palestina?**

MMO: A história nos diz que a região da Palestina histórica ficava sob o domínio do Império Otomano, o que conhecemos como Síria, Líbano, Jordânia e Palestina.



Com o enfraquecimento desse império, entra o domínio de outros poderes. Por meio de um acordo chamado de Sykes-Picot [que permitiu a partilha em 1916 do Oriente Médio entre as duas principais potências da época, a França e o então Império Britânico], começa um domínio de colonialismo.

A partir desse período, nos anos 1900, e pontualmente no caso da Palestina, as forças inglesas ocupam e estabelecem o mandato britânico [até 1948], que é repressor. Durante o mandato, ocorrem diversas revoltas, como em 1925 e 1928, em que um grupo de 300 mulheres palestinas realizaram uma manifestação perante o mandato britânico protestando contra a presença crescente de grupos judeus sionistas. Esse é o outro termo que vamos utilizar para esclarecer, pois trata-se de uma ideologia ocidental racista, que é o sionismo, totalmente diferente da religião judaica, que respeitamos e convivemos.

Ainda nesse período, como continuidade dessa luta anticolonial do povo palestino, entre 1936 e 1939, deflagra-se uma revolta palestina que dura três anos, enfrentando o mandato britânico que apoiava grupos sionistas, judeus sionistas, vindos da Europa para criar outra forma da sua existência. Essa revolta está disponível no livro de Ghassan Kanafani, que em português se chama "A revolta de 1936-1939 na Palestina". Esses apontamentos históricos são imprescindíveis.

Em 1948, torna-se o Estado de Israel autoproclamado, o que eu faço questão de dizer. Esse aceite, no âmbito da ONU, da criação desse Estado, era condicionado à implementação da Resolução 194, que garante o retorno de refugiados, no caso, o povo palestino.

A partir disso, ocorreu a primeira Nakba, que significa catástrofe para nós, e iniciou-se a limpeza étnica e o genocídio, que resultou na expulsão e morte de dezenas de milhares de pessoas. Infelizmente, não temos os dados precisos. Recentemente, o filme Tantura retratou um dos massacres que ocorreu, e mostrou o enterro de entre 100 e 200 corpos de crianças, mulheres e homens após a criação do Estado de Israel.

Ou seja, os atos criminosos e os atos de violência continuaram e não cessaram em 1948, quando foram forçadamente expulsas da sua terra em torno de 700 mil pessoas, segundo o historiador israelense Ilan Pappé no livro "Dez mitos sobre Israel". Houve também o apagamento de mais de 500 aldeias e cidades, que também foram esvaziadas, destruídas e totalmente reconfiguradas. Assim como o roubo de dinheiro e ouro, livros e bibliotecas que foram saqueadas, após o exército expulsar e destruir a casa dos palestinos, segundo um documentário "O Grande Roubo", produzido pela Al-Jazeera com a colaboração de pesquisadores e pesquisadoras israelenses. Esses livros encontram-se hoje na Universidade Hebraica de Jerusalém.

Por isso, 1948 é a demarcação de uma

conduta que continua até hoje por parte do Estado de Israel, que é o desrespeito e o não cumprimento de nenhuma das resoluções da ONU, do Conselho de Segurança, e da Assembleia Geral. Esse bombardeio é uma barbárie, é desumano, totalmente sem justificativa. Israel já expulsou 1,4 milhões do total de 2,3 milhões de palestinos para a região sul de Gaza. Qual é o propósito?

**InformANDES: Países imperialistas sempre estiveram por trás, financiando com armas e dinheiro, os grandes conflitos nessa área, como na Guerra de Suez, Guerra dos Seis Dias e, agora, com os EUA apoiando e armando Israel. A Câmara dos Estados Unidos aprovou, no início de novembro, um pacote de US\$ 14,5 bilhões em aparato militar para Israel. Na sua opinião, qual o interesse dos EUA?**

MMO: Joe Biden, o atual presidente dos Estados Unidos, disse a seguinte afirmação: "Eu sou mais sionista do que os israelenses". Ele também disse há alguns anos: "Se Israel não existisse, nós [EUA] criaríamos Israel". Já Robert F. Kennedy Jr., que é o candidato à presidência dos Estados Unidos, declarou: "Nós apoiamos Israel incondicionalmente e vamos continuar a apoiar Israel. Por uma razão específica, clara, tranquila para nós, que é o papel que Israel tem naquela região".



Então, temos duas questões, que é a de perpetuar a existência e estender como braço do Império dos Estados Unidos. E a segunda é garantir o petróleo, o gás, a energia daquela região. A presença de Israel certifica que nenhum desses países, que detém boa parte da reserva de petróleo e de gás natural, seja autônomo ou que desobedeça aos EUA. Essa relação orgânica, que Kennedy Jr. disse, é imprescindível para os Estados Unidos, e representa quase que a continuidade da existência do país, no que concerne à questão energética.

A primeira semana de bombardeio em Gaza, que é uma região de 40 km de comprimento por 10 km de largura, foi equivalente a um ano de bombardeio na Ucrânia. Essas proporções são importantíssimas para compreender essa conduta de dizimar qualquer possibilidade de resistência ao colonialismo. Têm sido dias de bombardeio, noite e dia, em hospitais, escolas, igrejas e mesquitas. Cerca de 50% das casas da população de Gaza já foram destruídas. Estamos falando de proporções nunca vistas e que mostram que esse poder imperialista, que não é somente dos EUA, mas países da Europa também, tem uma sede de matança, de dominação, de desrespeito ao outro, uma sede muito grande de perpetuar guerras de uma forma infinita. Os Estados Unidos acabaram de sair de uma forma vergonhosa do Afeganistão [Guerra do Afeganistão 2001-2021]. Tudo o que

está acontecendo em Gaza nos lembra também o Iraque [Guerra do Iraque 2003-2011].

E o direito à resistência é garantido nas Cartas da ONU, no qual a população que esteja sob domínio de um colonialismo tem o direito de se defender, tem direito de lutar de todas as formas possíveis.

Precisamos denunciar a destruição no Iraque, na Síria, na Líbia, que são guerras por procuração. Fora as guerras na África, que sabemos que são perpetuadas e mantidas por esse poder imperial. Gaza já foi atacada de formas semelhantes, em 2009, 2012, 2014, 2018, 2021 e 2023. Esses tipos de ataques chamam de "cortar a grama". É como você ter um quintal e, de vez em quando, você corta a grama. Ou, você tem Gaza e, de vez em quando, você bombardeia. É desumano, é cruel, mas é peculiar e combina com o que o ministro de Israel falou "animais humanos" se referindo a nós, o povo palestino em Gaza, porque somos um povo e vamos continuar a ser um povo. Gaza é meu povo, Cisjordânia é meu povo. Povo que está em exílio forçado pelo mundo. Eu estou falando dos refugiados, das pessoas que saíram como exilados, às vezes de três gerações que estão nessa situação ainda, aguardando a justiça.

**InformANDES: Há décadas o ANDES-SN tem se posicionado**



Alex Rodrigues - Agência Brasil

**em defesa da liberdade e autodeterminação do povo palestino. Em 2018, docentes aprovaram em congresso a adesão à campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra o Estado de Israel e incentivou as suas bases a prestar solidariedade internacional à luta palestina. O BDS seria uma das saídas viáveis para o conflito Israel e Palestina?**

MMO: A primeira coisa que deveria ser feita, inegavelmente, é a questão do cessar-fogo. Essas pausas humanitárias, de algumas horas, defendidas por Israel não procedem. Estamos no 32º dia [10 de novembro] de ataques. Por parte do Brasil, precisamos insistir nessa defesa e



dar fôlego à carta assinada por 61 parlamentares brasileiros, de partidos de esquerda e de centro, pelo cessar-fogo e contra o genocídio do povo palestino. A carta pede que não se promulguem os acordos de cooperação militar e de segurança, assinados por Jair Bolsonaro, com Israel. Lembremos que o primeiro país que o Bolsonaro visitou, quando tomou posse, foi Israel. Então, isso é simbólico e nos diz muito sobre Israel. Essas questões são importantes para a gente entender de que lado encontra-se Israel.

Outra ação chama BDS. O movimento tem como inspiração a luta contra o apartheid na África do Sul, extinto nos anos 1990. Foi realizada uma campanha, ao longo de 30 anos, até realmente fazer uma diferença, desestruturar eticamente, em termos de fama, o país, mas também economicamente e financeiramente. O peso foi acontecendo quando mundialmente foi sendo incrementada a adesão de mais países ao boicote, com desinvestimentos e sanções. Sanções seria o exemplo que eu dei dos acordos militares entre os países. O boicote existe de várias naturezas. Há o boicote comercial, o qual eu incentivo todo mundo a parar de comprar, nominalmente, de marcas, como: Carrefour, Starbucks, McDonald's. Têm vídeos de



Fernando Frazão - Agência Brasil

empresas como essas entregando lanche para o exército de Israel no seu ataque, no seu bombardeio, na sua barbárie contra o povo palestino. Então, tem uma ligação, uma associação direta. Essas são empresas que precisamos boicotar agora, esse tipo de boicote comercial é imprescindível. Fizemos isso no caso do apartheid da África do Sul. Leva tempo, mas faz diferença.

Outro tipo de boicote, que está ao nosso alcance, é o acadêmico, que está crescendo. São acadêmicos israelenses que estão de acordo com não estabelecer nenhuma colaboração, nenhuma coope-

ração com acadêmicos e acadêmicas, programas, atividades em universidades israelenses. É uma forma de poderosa de protesto que fará uma diferença e precisamos aderir a isso.

Estamos no bojo da intelectualidade, do pensamento libertário, do pensamento embasado em direitos humanos. É aqui na universidade que se constroem as narrativas. Estamos ainda em um espaço de formação, milhares de jovens circulam nesse espaço e é preciso engajar os discentes nessa discussão para se posicionarem ao lado da justiça, dos direitos humanos, das leis e das resoluções internacionais,



Paulo Pinto - Agência Brasil



das convenções, das cartas internacionais, que sempre foram desobedecidas e desrespeitadas por Israel. A sociedade civil se informa através de nós e se engaja conosco em uma relação de troca. Então, a gente não está somente restrito dentro dos muros da academia.

Em resposta a uma postagem da reitora da nossa universidade [Márcia Abrahão], nas redes sociais, junto com o embaixador de Israel na época, sobre formas de colaboração e o convite à empresas israelenses a se instalarem no parque científico e tecnológico da universidade, foi feita uma mobilização com a Adunb [Associação dos Docentes da Universidade de Brasília- Seção Sindical do ANDES-SN] em 2021, com 17 centros acadêmicos e o DCE [Diretório Central dos Estudantes] nos mostrando contrários à colaboração com o apartheid de Israel.

Precisamos reforçar essa linha de atuação, de solidariedade com a Palestina, como fizeram na USP, Ufam Unicamp. Lembrando também o que aconteceu em várias cidades europeias da Espanha e Bélgica e chegou até a cidade de Belém do Pará. O prefeito da cidade [Edmilson Rodrigues] declarou a capital paraense como um "Espaço Livre de Apartheid", em reação à questão da violência colonial israelense.

Então, há muitas ações que podem ser feitas, em uma frente pacífica, que cria

uma pressão de várias formas. Sabemos que está ocorrendo uma mudança, mesmo que gradual, mas significativa por parte da comunidade judaica internacional. Nos Estados Unidos, vimos centenas de pessoas protestando e, muitas delas, foram presas pela polícia americana. Mas a gente os viu protestando abertamente dentro do Capitólio e em Nova Iorque. Essa movimentação precisa ser reforçada aqui no Brasil, pois temos todas as condições de fazer da mesma forma.

Agora não podemos normalizar as matanças e o que está acontecendo em Gaza. No devido tempo, tudo isso será registrado como crimes contra a humanidade. E, reforçando o que disse no início, é imediata a necessidade de cessar-fogo, nada menos do que isso. Os médicos, as

médicas, as equipes de saúde estão com poucos recursos e tendo que fazer escolhas de que vida priorizar. As crianças estão sendo operadas sem anestesia.

Desde o início dos ataques à Gaza, forças israelenses fizeram um cerco gerando escassez de água, comida, energia e combustível. Essa é a realidade que o ministro da Defesa de Israel colocou como sendo a conduta deles. É um crime de guerra, um crime contra a humanidade, contra uma população de 2,3 milhões de pessoas que perderam seus lares e vidas. O número de pessoas que estão em sofrimento, com doenças crônicas, com câncer, com falta de medicamento. A situação é gravíssima. Temos que atuar, cada um no seu espaço, no seu escopo. Não podemos esquecer e não podemos normalizar.

### Em defesa do povo palestino!

Desde 7 de outubro, o mundo tem assistido ao acirramento do conflito entre Israel e Palestina, resultado de anos de uma política de opressão e massacre sistemático do povo palestino, com o apoio do imperialismo norte-americano. Uma série de atos públicos já foram realizados em todo o Brasil em protesto ao genocídio em Gaza, pela autodeterminação do povo palestino, pelo cessar-fogo e por ações humanitárias urgentes na região.

O ANDES-SN e suas seções sindicais participaram das atividades, reafirmando o compromisso com a causa palestina, fortalecendo a solidariedade internacionalista entre os povos oprimidos e explorados. Em Brasília, diretores e diretoras do Sindicato Nacional se somaram às manifestações.

# 20 de novembro: Dia da Consciência Negra



**C**elebrado em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra relembra a morte de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do país, o Quilombo dos Palmares, assassinado brutalmente em 1695. A data, instituída oficialmente pela Lei nº 12.519, de 2011, é uma referência da luta do povo negro no Brasil. Além desse dia, durante todo o mês de novembro atividades e manifestações chamam atenção para a necessidade de ampliar a luta antirracista no Brasil, o combate às desigualdades sociais marcadas pelo racismo e para avançar na construção de uma sociedade mais justa.

“O dia 20 de novembro é um dia de luta e resistência, mas também um dia de celebração. Afinal, a alegria é um dever ancestral para o povo negro. Nesse sentido, o ANDES-SN celebra as conquistas do povo negro na educação como a renovação da Lei de Cotas, que garante a entrada desta população na universidade. Entretanto, o nosso sindicato compreende que ainda temos que lutar para a permanência da população negra nas universidades e acesso à pós-graduação e, principalmente, por uma reforma curricular que avance no antirracismo na graduação e pós-graduação”, afirmou Letícia do Nascimento, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN.

O ANDES-SN deliberou durante o 63º Conad, em 2018, a construção de um Dia de Luta contra o Racismo nas Instituições de Ensino (IES). A data escolhida foi 22 de novembro, dia que marcou o início da Revolta da Chibata, liderado por João Cândido no Rio de Janeiro (RJ) em 1910. Além disso, em 2019, o Sindicato Nacional divulgou uma Cartilha de Combate ao Racismo, que se soma ao conjunto de estratégias de enfrentamento às opressões.

Para Caroline Lima, que também integra a coordenação do GTPCEGDS, o 20 de novembro ganha um significado especial, esse ano, em que se comemora os vinte anos da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

“Fortalecer a implementação da Lei 10.639 é tornar a universidade, instituto e cefet um espaço antirracista e menos violento para a população negra. Também temos uma agenda importante no ANDES-SN, que é 22 de novembro. É um dia para pautar a importância do combate ao racismo nas instituições de ensino e, principalmente, para falar da necessidade das políticas de reparação e isso significa a defesa da lei 12.990/14. Precisamos enegrecer a universidade e essa lei, que garante as cotas raciais em concursos públicos, é um instrumento fundamental”, afirmou.

## Bala ‘achada’

Embora a escravidão tenha sido abo-

lida no país em 1888, as pessoas negras continuam sofrendo com o racismo estrutural, expresso na desigualdade de acesso à educação e saúde de qualidade, aos demais direitos e a empregos com salários decentes e iguais aos pagos às pessoas brancas, por exemplo, além da violência concreta e simbólica do racismo, vivenciada diariamente por mulheres negras e homens negros.

A cada quatro horas uma pessoa negra foi morta pela polícia brasileira em 2022. Os dados foram divulgados, em 16 de novembro, pela Rede de Observatórios da Segurança. O boletim “Pele Alvo: a bala não erra o negro”, que monitorou a letalidade policial em oito estados, revelou que dos 3.171 registros de morte com informação de cor e raça declaradas, negros somam 87,35%, um total de 2.770 pessoas.

Rio de Janeiro e São Paulo chamam a atenção pela alta letalidade de pessoas negras por agentes de segurança. No Rio, 54,39% da população é negra, mas o número de óbitos representa 86,98%, segundo o relatório. Em São Paulo, cuja população inclui 40,26% de negros, as mortes destas pessoas por policiais somam 63,90% do total.

Segundo a pesquisa, os números reais podem ser ainda maiores, tanto pela subnotificação de casos como pelo não registro de dados sobre cor e raça, que ocorre principalmente em três estados: Maranhão, Ceará e Pará.

# Universidades estaduais **intensificam luta** nos últimos meses

**A** luta das e dos docentes das universidades estaduais foi intensificada nos meses de outubro e novembro com mobilizações, paralisações, atos, reuniões e intervenções. Em alguns estados, a categoria realizou greve para pressionar os governos por recomposição salarial, reestruturação de carreira, autonomia e financiamento para de pesquisa, ensino e extensão, entre outras pautas.

De acordo com o 2º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), Alexandre Galvão, em todas as universidades estaduais, as e os docentes têm perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos 5 ou 10 anos. “Essas perdas giram em torno de 40% a 60%, dependendo do período em que é feito o cálculo. As lutas, portanto, têm girado em torno da recomposição salarial nos estados e nos municípios. Além disso, dois importantes estados fizeram duas greves neste ano: Paraná e Maranhão. Nós tivemos uma greve longa das universidades estaduais do Paraná e o resultado saiu agora com uma complementação salarial na carreira das e dos docentes. Foram duas lutas importantes empreendidas pelo setor este ano, com saldo político positivo para a categoria”, destaca.

Galvão lembra que alguns estados também estão lutando contra a implantação do Regime de Recuperação Fiscal

(RRF). “Esse regime traz diversos prejuízos para as servidoras e os servidores públicos estaduais, estão tentando implementar principalmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, sendo que, se o estado fizer acordo com o governo federal, ele ficará impedido de promover aumentos salariais, reajuste nos salários e uma série de outros direitos que pode ser barrado, pode ser congelado por conta desse regime de recuperação fiscal”, critica.

Outras lutas importantes das universidades, conforme Galvão, são a defesa da autonomia, principalmente no que tange a questão do fim da lista tríplice das universidades estaduais e municipais, e também o financiamento das instituições. “Em relação ao financiamento das universidades estaduais, as pesquisas feitas pelo ANDES-SN em vários estados mostram o quanto as universidades estaduais têm sofrido com contingenciamento dos governos estaduais em relação ao orçamento que deve ser destinado para as instituições de ensino. Isso tem gerado enormes prejuízos nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, principalmente no setor de investimento. Então essa luta também é muito importante”, reforça.

## Paraná

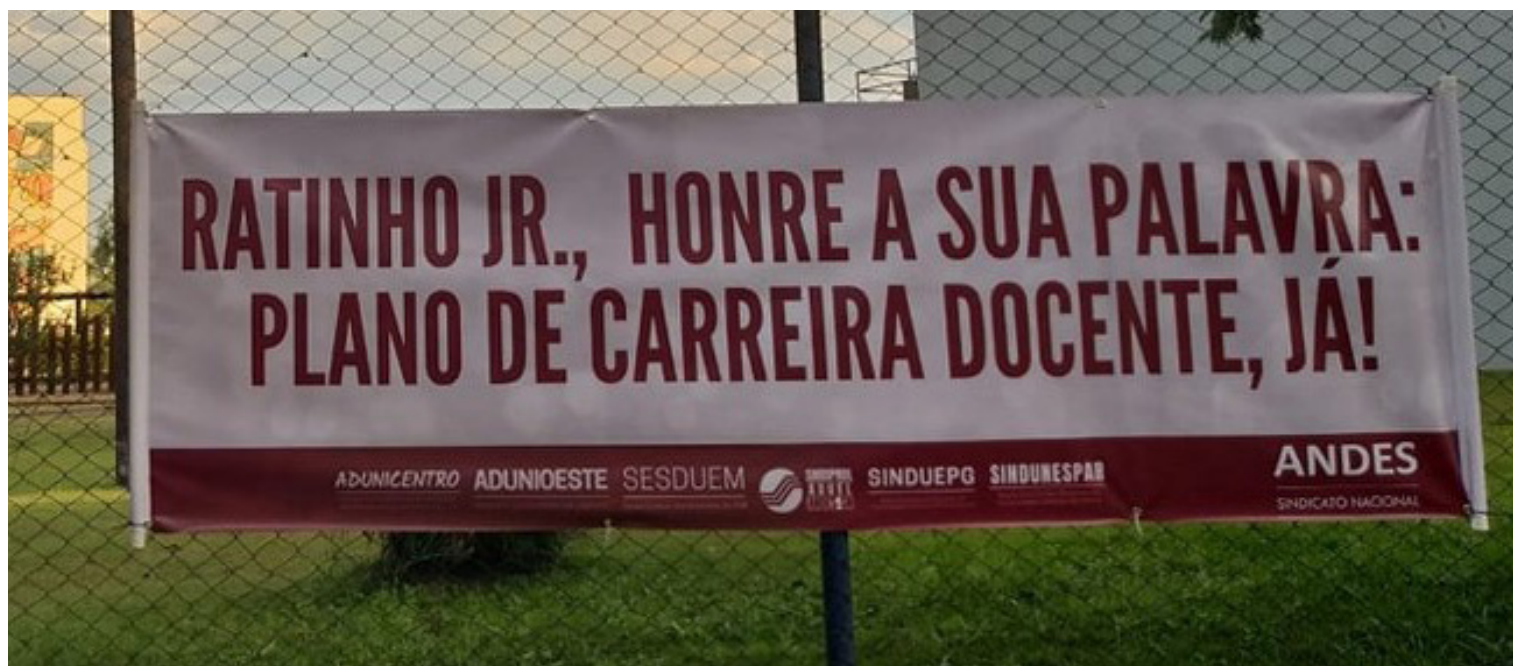
No Paraná, as e os docentes das sete universidades - Estadual do Paraná (Unespar), do Oeste do Paraná (Unioeste), do Norte do Paraná (Uenp), de Ponta Grossa (UEPG), de Maringá (UEM) e de Londrina (UEL) e

do Centro-Oeste (Unicentro), após cinco meses de mobilizações, sendo um de greve, conseguiram o envio do projeto de lei do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A proposta prevê o aumento nos pagamentos adicionais de titulação das professoras e dos professores da rede estadual de ensino superior do Paraná.

Com os novos percentuais, as e os docentes com especialização passam a receber um adicional de titulação de 30%, as mestras e os mestres de 60%, e as doutoras e os doutores de 105%. Atualmente os percentuais são de 25%, 50% e 80%, respectivamente. As correções variam de 5 a 25 pontos percentuais. A proposta do governo de Ratinho Júnior (PSD) é que os novos valores sejam aplicados na folha de pagamento a partir de janeiro de 2024, de forma retroativa ao mês de dezembro de 2023.

## Ceará

No Ceará, as servidoras e servidores públicos, entre eles docentes, apresentaram em reunião da Mesa Estadual de Negociação Permanente (MENP), no dia 30 de outubro, a Campanha Salarial de 2024, com reivindicação de 10% de reajuste salarial, para repor perdas salariais desde 2014. As e os docentes realizaram atos em todo o estado, exigindo mais compromisso e seriedade com o serviço público. As reivindicações também incluem: cronograma de recomposição das perdas salariais de





33,71%; assegurar o pleno funcionamento das mesas de negociação, tanto a MENP quanto as setoriais; pagar as ascensões funcionais respeitando a Lei nº 12.836/94; realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos; revogação da Reforma da Previdência Estadual e fim da taxaçoão dos aposentados; entre outros.

**Maranhão**

As professoras e os professores das universidades Estadual do Maranhão (Uema) e da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul), decidiram rejeitar por unanimidade o índice de 11% anunciado pelo governador Carlos Brandão (PSB), por entenderem que, em vez de reajuste, o índice vai aprofundar as perdas salariais.

A categoria docente sofre com uma defasagem salarial de 50,28%, referente às perdas acumuladas entre julho de 2012 e fevereiro de 2023; cortes de recursos; e falta de concurso público. A greve deflagrada em agosto teve que ser suspensa, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, que impôs punições como multa diária de R\$ 100 mil caso a paralisação continuasse.

A decisão judicial monocrática, emitida no último dia 10 de novembro, ataca o direito de greve das e dos docentes. “Essa paralisação foi muito importante. Uma greve que durou mais de dois meses e que teve como saldo organizativo, político, uma forte mobilização e uma presença da categoria em defesa das suas condições de trabalho. As professoras e os professores substitutos tiveram um aumento salarial no que tange à carreira

deles e o governo do estado fez uma proposta em relação também a uma complementação salarial em uma das gratificações das e dos docentes das universidades estaduais do Maranhão”, analisa Alexandre Galvão.

**Bahia**

As e os docentes das Universidades

Estaduais da Bahia (Uebas) - Uneb, Uefs, Uesb e Uesc promoveram paralisações, em conjunto com o movimento estudantil, para denunciar à sociedade os problemas enfrentados pelas instituições e a falta de interesse do governo em negociar as pautas de reivindicações de professoras, professores e estudantes. As estaduais reivindicam reposição das perdas salariais



Aduemg Ssind.

acumuladas nos últimos nove anos (2015-2023), com o compromisso da retomada da política de correção salarial anual. Também cobram a ampliação e desvinculação do quadro de vagas; a adequação das atuais disposições sobre concessão de transportes para as e os docentes; além do financiamento público de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as universidades estaduais, com revisão do percentual a cada dois anos.

### Minas Gerais

Em Minas Gerais, docentes das universidades Estadual de Montes Claros (Unimontes) e do Estado de Minas Gerais (Uemg), em unidade com o conjunto das servidoras e dos servidores públicos, estão mobilizados contra o RRF desde 2019, realizando diversas manifestações. No dia 7 de novembro, as e os docentes da Unimontes e Uemg aderiram à chamada de Greve Geral e realizaram outra grande manifestação na Assembleia Legislativa do estado.

### Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o Fórum das Estaduais do ANDES-SN/RJ, que congrega as seções sindicais das e dos docentes do ensino superior no estado (Asduerj, Aduenf, AdesFaectec e Adopead), participou, no dia 8 de novembro, de uma jornada de lutas em defesa da educação e pela valorização dos serviços públicos. O dia foi marcado por mobilizações do funcionalismo federal

pela Campanha Salarial de 2024 e contou com a adesão das servidoras e servidores estaduais, que também se encontram em luta por recomposição de perdas e valorização de suas carreiras

### Goiás

No dia 14 de novembro, as e os docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) decidiram por suspender o encerramento do 2º semestre letivo de 2023 enquanto o quadro de vagas, que tem sido utilizado tanto pelo governo quanto pela reitoria para justificar o impedimento das progressões, não for extinto. Em assembleia da Associação de Docentes da UEG (Aduieg SSind.), a categoria definiu uma pauta que cobra a imediata extinção do quadro de vagas para dar fluxo às progressões represadas; e uma proposta de alteração do Plano de Carreira dos Docentes da Universidade, que seja analisada e aprovada pelo movimento docente antes de ser enviada à Assembleia Legislativa.

### Distrito Federal

Na capital federal, docentes e estudantes da Universidade do Distrito Federal (UnDF) paralisaram suas atividades nos dias 13 e 23 de novembro por falta de diálogo, de transparência e contra as atitudes antidemocráticas da reitoria Pró-Tempore da instituição. Foram realizados atos em frente ao Palácio do Buriti, sede do poder

Executivo do Distrito Federal, e no campus Norte da UnDF.

Na pauta de reivindicações constam a instalação imediata do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnDF, conforme determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; uma reunião entre a reitoria Pró-Tempore da UnDF, a Seção Sindical dos Docentes da UnDF e os representantes discentes da UnDF, com a presença de representantes do governo do Distrito Federal (GDF), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), para firmar compromisso público com a Universidade do Distrito Federal, em relação ao atendimento das demandas básicas das e dos docentes e das e dos discentes e à adequação dos processos e práticas aos princípios da gestão democrática; a criação de uma Mesa de Negociação Permanente entre a Reitoria Pró-Tempore da UnDF, Seção Sindical dos Docentes da UnDF, e representantes das e dos discentes da UnDF com mediação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, através da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação; e a suspensão de todos os trâmites relativos à publicação da Portaria 22/2023, que deverá ser apresentada, discutida e aprovada futuramente no âmbito do Conselho Universitário da UnDF.

*Com informações das Seções Sindicais do ANDES-SN.*

